

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIRETA E INDIRETA



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É um conceito da área do **direito** que descreve o conjunto de **agentes, serviços e órgãos** instituídos pelo **Estado** com o objetivo de fazer a gestão de certas áreas de uma sociedade, como **Educação, Saúde, Cultura**, etc.

Tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, Constituição Federal de 1988).

# PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da LEGALIDADE representa uma garantia para os cidadãos, pois qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei.

Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção dos administrados (cidadãos) em relação ao abuso de poder.

# PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

O princípio da IMPESSOALIDADE deve ser observado em duas situações distintas:

- **1 - em relação aos administrados:** significa que a administração pública não poderá atuar discriminando ou favorecendo determinadas pessoas, ou seja, a Administração Pública deve permanecer numa posição de neutralidade em relação às pessoas privadas.
- **2 - em relação à própria Administração Pública:** a responsabilidade por qualquer ato do agente público deve ser imputada ao órgão/pessoa jurídica e não ao agente público.

# PRINCÍPIO DA MORALIDADE

Segundo o Princípio da MORALIDADE, o ato e a atividade da administração pública devem obedecer não só à lei, mas também à moral. Todo aquele que objetivar algum tipo de vantagem patrimonial indevida, em razão de cargo, mandato, emprego ou função que exerce, estará praticando ato de **improbidade administrativa**.

Exemplos: usar bens e equipamentos públicos com finalidade particular; intermediar liberação de verbas; estabelecer contratação direta quando a lei manda licitar; vender bem público abaixo do valor de mercado; adquirir bens acima do valor de mercado (superfaturamento).

# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ?

Lei 8429/92

ATO ILEGAL OU CONTRÁRIO AOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO, COMETIDO POR AGENTE PÚBLICO DURANTE O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA OU DECORRENTE DESTA, IMPREGNADO DE DESONESTIDADE E DESLEALDADE.

CONDUTA

↓ IDA?

I LEGAL  
D ESONESTA  
A BUSIVA  
I NCORRETA

GERA

↓

- ENRIQUECIMENTO ILÍCITO  
- PREJUÍZO AO ERÁRIO  
- INFRINCÊNCIA AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS



CONSEQUÊNCIA

Punição do agente público com aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, SEM prejuízo das sanções penais cabíveis, ou seja, responde na esfera ADMINISTRATIVA, CIVIL, ELEITORAL, POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E PENAL.



# PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

O Princípio da PUBLICIDADE é a obrigação, o dever atribuído à Administração de dar total transparência a todos os atos que praticar, ou seja, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.



# PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

O Princípio da EFICIÊNCIA busca resultados e visa atender o interesse público com maior eficiência, ou seja, a Administração deve agir de modo rápido e preciso. (Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98.)



# A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIVIDE-SE EM **DIRETA** E **INDIRETA**



# ADMINISTRAÇÃO DIRETA

É o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma **centralizada**, das atividades administrativas.

---

A administração pública direta é desempenhada pelos Poderes da União (Presidência da República), pelos Estados (Governadores), Distrito Federal e Municípios (Prefeitos).

Estes **órgãos** não são dotados de personalidade jurídica própria. As despesas inerentes à administração são contempladas no orçamento público e ocorre a desconcentração administrativa, que consiste na delegação de tarefas para as suas **SECRETARIAS** ou **MINISTÉRIOS**.

# ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

É o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas (serviço público ou de interesse público) de forma **descentralizada**.

A Administração Indireta compõe-se de **entidades** como: Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de economia mista, Fundação Pública e Organismos privados.

---

## Autarquias

O **INSS**, o **INCRA**, a **ANVISA** e o **Banco Central** são entidades autônomas, auxiliares e descentralizadas da administração pública, porém fiscalizadas e tuteladas pelo Estado, com patrimônio formado com recursos próprios, cuja finalidade é executar serviços que interessam à coletividade ou de natureza estatal. Executam serviços do Estado.

---

## **Empresa Pública**

Seu capital é exclusivo do Poder Público. Exerce atividade econômica.

**CEF** - Caixa Econômica Federal

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa  
Agropecuária

**ECT** - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



---

## **Sociedade de economia mista**

Seu capital pertence ao Poder Público e a particulares.  
Exerce atividade econômica.

BB – Banco do Brasil

PETROBRÁS

ELETROBRÁS

---

# Fundações Públicas

Realizam atividades não lucrativas, mas de interesse público. Não pagam impostos, só podem ser criadas por lei específica e possuem recursos próprios.

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**FUNASA** - Fundação Nacional da Saúde

---

## Organismos Privados

**IMIP** – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira

**FRM** – Fundação Roberto Marinho

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## CONCEITO

CONJUNTO DE ÓRGÃOS INTEGRADOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO, ENCARGADO DE EXERCER AS FUNÇÕES DETERMINADAS PELA CONSTITUIÇÃO E PELAS LEIS, NO INTERESSE DA COLETIVIDADE

## PRINCÍPIOS

- SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO
- INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

**L** LEGALIDADE  
**I** IMPESSOALIDADE  
**M** MORALIDADE  
**P** PUBLICIDADE  
**E** EFICIÊNCIA

- CONSTITUCIONAIS
- RAZOABILIDADE
- PROPORCIONALIDADE
- MOTIVAÇÃO
- PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DEC. LEI 200/67

PLANEJAMENTO  
COORDENAÇÃO  
DESCENTRALIZAÇÃO  
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA  
CONTROLE



## ORGANIZAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

UNIÃO  
ESTADOS  
MUNICÍPIOS  
D.F.

ATRAVÉS DE SEUS MINISTÉRIOS  
E SECRETARIAS

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS  
FUNDAÇÕES PÚBLICAS  
EMPRESAS PÚBLICAS  
SOCIEDADES DE  
ECONOMIA MISTA

AGÊNCIAS REGULADORAS  
(espécie de autarquia com  
regime especial)

ATIVIDADES PARAESTATAIS

ENTES AUTÔNOMOS  
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

## FONTE:

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 25<sup>a</sup> ed., 2001.

Site: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/administra%C3%A7%C3%A3o-publica/>